

CAPÍTULO 6

CONTRIBUTO DAS ACTIVIDADES DAS ONG'S NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE NAMPULA – MOÇAMBIQUE (2023-2024)

Data de submissão: 19/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Domingos Francisco Jasse

Gestor de Recursos humano
Licenciado em Gestão do meio ambiente, pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.
Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Lúis Fernando Alfacio

Gestor de contas no banco Bim
Licenciado em Gestão do meio ambiente, pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.
Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Filimone Gabriel

Coordenador Distrital de Fundação Ariel Glaser (ong)
licenciado em Saúde Publica pelo Instituto superior de ciências e tecnologias Alberto Chipante. Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de

Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Hipólito da Graça Elias Branquinho

Docente de educação visual licenciado em Educação Visual, pela Universidade Niroyuma. Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Rivaldo Victor Sales

Especialista em Optometria
Licenciado em Optometria, na Universidade Lúrio, Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Jamaldine Raja Ali

Especialista em TIC's
Licenciado em informática, pela Universidade Pedagógica Escolar Superior Técnica-Nampula. Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

RESUMO: No princípio da sua actividade, a prioridade da actuação das ONGs centrava-se nos programas de emergência e/ ou de ajuda humanitária às vítimas de desastres de diversa natureza. Com o actual contexto de estabilidade poética e social, as ONGs têm-se envolvido em projectos com maior sustentabilidade local, reactivando a produção e a integração social e económica dos estratos sociais da população mais vulneráveis com destaque para públicos-alvo urbanos e peri-urbanos. Consta-se assim que a distribuição geográfica das ONGs em Moçambique, não obedece a critérios de densidade populacional ou ao grau de desenvolvimento social, devendo-se a maior concentração em Maputo a factores como a facilidade de oficialização, a proximidade das fontes de financiamento e o acesso a informação. Frisar que o artigo tem como objectivo compreender o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula. Quanto a metodologia usou abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica para apoiar o material colhido no campo. quanto ao tipo de pesquisa é explicativa. Os resultados mostram que as contribuições das ONGs e as acções social não respondem as necessidades primárias nem secundárias da comunidade local de forma sustentável. Apesar das ONGs reconhecer a importância de realizar suas actividades de maneira responsável através do seu Projecto social para apoiar e contribuir para o desenvolvimento das comunidades da cidade de Nampula, as acções realizadas não garantem a melhoria da qualidade de vida das populações uma vez que as acções adoptadas nesse sentido pela empresa em estudo, não estão de certa forma de acordo com as principais necessidades da comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Ong's, Desenvolvimento Social.

CONTRIBUTION OF NGO ACTIVITIES IN THE SOCIAL DEVELOPMENT OF THE CITY OF NAMPULA – MOZAMBIQUE (2023-2024)

ABSTRACT: At the beginning of their activity, the priority of NGOs' activities was focused on emergency and/or humanitarian aid programs for victims of disasters of various natures. With the current context of poetic and social stability, NGOs have become involved in projects of greater local sustainability, reactivating production and social and economic integration of the social strata of the most vulnerable population, with emphasis on urban and peri-urban target audiences. . It appears that the distributed distribution of NGOs in Mozambique does not comply with the criteria of population density or the degree of social development, with a greater concentration developing in Maputo due to factors such as ease of officialization, proximity to sources of financing and o access information. It should be noted that the article aims to understand the contribution of activities carried out by NGOs to the social development of the city of Nampula. As for methodology, we used a qualitative approach and bibliographic research to support the material collected in the field. As for the type of research, it is explanatory. The results show that NGO contributions and social actions do not respond to the primary or secondary needs of the local community in a sustainable way. Although NGOs recognize the importance of carrying out their activities in a responsible manner through their social project to support and contribute to the development of communities in the city of Nampula, the actions carried out do not guarantee the improvement of the population's quality of life since the actions adopted in this sense by the company under study, are not in some way in accordance with the main needs of the local community.

KEYWORDS: Non-governmental organization, Social Development.

1 | INTRODUÇÃO

O processo do desenvolvimento surge como preocupação da sociedade desde os tempos remotos com a emergência do mundo capitalista assumindo um impulso no aumento da produção, nos meados do sec. XIX, com a extinção do colonialismo histórico-político e a constituição das nações independentes nos países.

Como diz Assis, W.F.F. (2014), citando Quijano (2005), que o pensamento crítico emancipador latino-americano e africano, começou com a emergência do mundo capitalista que tinha como escopo a colonização interna dos povos com identidades diferentes vivendo no mesmo espaço geográfico, originando as desigualdades sociais nas oportunidades pelo emprego e consequentemente no desequilíbrio do desenvolvimento.

No entanto, as ONG são tidas tradicionalmente como tendo a função de preenchimento de lacunas, de acordo com Ulleberg (2009) isto é, assumir actividades onde os governos não têm capacidade de fazê-lo ou não consideram prioritário.

A partir do início década de 90, o surgimento de ONGs nacionais começou a ganhar importância, facto a que está ligado a revisão da Constituição do país, sendo então reconhecido o direito à livre associação e à formação de organizações sociais como instrumento de promoção da participação popular no desenvolvimento (Ginja & Schwartz, 1997).

No princípio da sua actividade, a prioridade da actuação das ONGs centrava-se nos programas de emergência e/ ou de ajuda humanitária às vítimas de desastres de diversa natureza. Com o actual contexto de estabilidade política e social, as ONGs têm-se envolvido em projectos com maior sustentabilidade local, reactivando a produção e a integração social e económica dos estratos sociais da população mais vulneráveis com destaque para públicos-alvo urbanos e peri-urbanos.

De acordo com Dionísio (1997) constata-se assim que a distribuição geográfica das ONGs em Moçambique, não obedece a critérios de densidade populacional ou ao grau de desenvolvimento social, devendo-se a maior concentração em Maputo a factores como a facilidade de oficialização, a proximidade das fontes de financiamento e o acesso a informação

Actualmente o trabalho das ONGs na cidade de Nampula está estruturada numa rede de projectos, coordenada pelas próprias organizações e centrada em diversos sectores: apoio às crianças de rua, educação cívica dos cidadãos, prevenção de doenças, planeamento familiar, combate à violência doméstica, apoio aos deficientes e idosos.

No entanto, a questão da responsabilidade social empresarial não é uma prática nova em Moçambique, as discussões e os interesses a volta da questão nunca foram tão salientes na agenda política, económica e social como na actualidade, sendo movidas pelo recente e intenso debate em volta dos recursos naturais. O debate sobre os benefícios fiscais concedidos às empresas do sector, a transparência dos contratos gira em torno de

processos que envolvem directamente as comunidades locais.

Este sentido, perspectiva que benefícios sociais e económicos para as comunidades, resultantes da indústria extrativa e as organizações sociais são vistas em diferentes ângulos, mas é consensual que devem incluir sempre a criação de infra-estruturas económicas partilhadas com as comunidades (estradas, linhas férreas, portos, linha de fornecimento de energia eléctrica, água potável); investimentos sociais para as comunidades (escolas, hospitais) e conteúdo local (formação, emprego e consumo de produtos e serviços locais). Diante desta problemática questiona-se o seguinte:

Entretanto, esta pesquisa procura confirmar ou refutar definitivamente estas especulações responder qual è o contributo das as actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula?

1.1 Objectivos

1.1.1 Geral

- Compreender o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula.

1.1.2 Específicos

- Identificar projectos de desenvolvimento social realizados pelas ONGs na cidade de Nampula;
- Descrever o papel das ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula;
- Explicar as mudanças ocorridas no seio da comunidade resultante da intervenção das ONGs que trabalham em diversos sectores na cidade de Nampula;

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Após a fase introdutória segue o presente capítulo que tem em vista a contextualização da pesquisa, a revisão da literatura e é subdividido por seguintes tópicos: conceitos básicos, historial das ONGs em Moçambique, actividades exercidas, papel da ONGs em prol do desenvolvimento social.

2.1 Organizações Não Governamentais (ONGs)

A expressão ONG foi criada pelas Organizações das Nações Unidas-ONU, na década de 40, para designar entidades não oficiais, que recebiam recursos financeiros de órgãos públicos, para executar projetos de interesse social, dentro da filosofia de trabalho

denominado “desenvolvimento de comunidade”. A designação ONG fazia referência às instituições não oficiais, que se diferenciavam das instituições decorrentes de acordos entre governos nacionais, como a própria ONU e suas agências especializadas, aptas a receber recursos financeiros para executar projetos de interesse de grupos e comunidades sociais (Fischer, 1994 & Silva, 2004).

De acordo com Paiva (2003), a expressão não governamental se estabeleceu nuns cenários onde muitos cidadãos perderam seus direitos civis. Neste sentido, as ONGs constituíram na época um dos poucos espaços onde era possível a atuação política. Ressalta-se que muitos militantes políticos de partidos proibidos se abrigaram neste espaço.

Nos anos 80, as ONGs passam a se estabelecer como portadoras da esperança, construindo o elo necessário entre as instituições dos governos e as populações locais. Esta década pode ser considerada como o período de crescimento, de uma grande expansão de ONGs no Brasil. Nos anos 90, destacaram-se na cobertura de fóruns e campanhas associados a essas organizações como a Conferência Mundial de Meio Ambiente, ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, as ONGs brasileiras destacaram-se como um dos principais atores no fórum paralelo à conferência oficial, que reuniu movimentos sociais do mundo para discutir propostas de desenvolvimento sustentável, e a Campanha Contra Fome e pela Solidariedade, liderada pelo sociólogo Hebert de Souza, Betinho. Esses dois movimentos, o primeiro ligado a preservação do meio ambiente e o segundo em prol da população pobre brasileira, deram início aos primeiros debates sobre as implicações de suas missões (Fischer, 1994 & Silva, 2004).

Segundo Tenório (2004):

As ONGs são organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário (p.11).

Nessa perspectiva, segundo Fernandes (1996), o debate atual refere-se a essas instituições como novos atores sociais que assumem uma postura política, engajadas com um projeto de transformação social.

Para Alves (2002), as ONGs constituem e são espaço institucional onde abrigam ações de caráter privado associativo e voluntarista, voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, desprovidas de qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos eventualmente produzidos.

Segundo a ideologia dos autores acima citados compreende-se que as Organizações Não-Governamentais (ONG's) são pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas

da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

2.1.1 Raízes das ONGs moçambicanas

Praticamente todas as ONGs moçambicanas foram criadas por pessoas com bastante formação académica ou técnico-profissional. Pode-se afirmar que os fundadores das ONGs geralmente pertencem à classe média da sociedade. Estudantes universitários, técnicos de vários ramos, funcionários de instituições estatais, são alguns exemplos de grupos que tomam a iniciativa para criar uma ONG (Nuno, 2000).

No entanto, são de facto muito raros os casos em que uma ONG nacional é criada na base e pela base. Consequentemente a base social da grande maioria das ONGs não está nas comunidades de base. Curiosamente as organizações que constituem uma excepção à regra, como por exemplo, a Cruz Vermelha, a Unac (União nacional dos camponeses) e algumas organizações religiosas, preferem não ser chamadas «ONG» para salientar e defender a sua base social de voluntários e ativistas (Nuno, 2000).

A classe média moçambicana concentra-se nas cidades, começando pela cidade capital, Maputo, mas gradualmente também nas capitais provinciais. Resulta daí que as ONGs nacionais são basicamente organizações urbanas. O estilo e ritmo de vida e as condições de trabalho da cidade são diferentes, e geralmente muito melhores, da vida dos camponeses nas zonas rurais. E a população nota esta diferença e dificilmente se identifica com a organização que diz vir para apoiar. Se por razões históricas as ONGs nacionais não têm a priori a sua base social constituída, a edificação desta base coloca-se como uma questão crucial, sob o ponto de vista da contribuição que se espera das ONGs no desenvolvimento da democracia no país (Nuno, 2000).

2.2 O papel das organizações não governamentais

Willets (2002) refere que nas democracias, os cidadãos comuns podem organizar grupos independentes que servem as necessidades da comunidade ou nação em que vivem e complementam, complementam ou mesmo desafiam o trabalho do governo. Tais organizações são frequentemente chamadas de organizações não-governamentais, ou ONGs, porque não são uma extensão dos escritórios do governo.

- As ONG permitem que os cidadãos melhorem a sua sociedade, defendendo, educando e mobilizando a atenção em torno das principais questões públicas e monitorizando a conduta do governo e das empresas privadas.
- As ONG permitem que cidadãos de diferentes origens aprendam a trabalhar em conjunto e desenvolvam as competências, as relações e a confiança necessárias para um bom governo.

- As ONG servem uma grande variedade de interesses dos cidadãos. Podem actuar como prestadores de serviços sociais, defensores do ambiente ou dos padrões de vida, dos padrões de trabalho ou como catalisadores da mudança democrática.
- As ONG representam frequentemente os interesses dos cidadãos que, de outra forma, poderiam ficar de fora dos debates políticos nacionais. Abrem o discurso público a pessoas de todas as classes económicas e sociais e a mulheres e minorias (Willets, 2002).

Os governos e as ONG trabalham frequentemente como parceiros. As ONG podem fornecer conhecimentos e pessoal local e regional no terreno para a implementação de projectos financiados pelo governo. As ONG podem não ter filiação política ou podem basear-se em ideais partidários e procurar promover uma causa específica ou um conjunto de causas de interesse público. Em qualquer dos modelos, o ponto chave é que as ONG devem operar sob um controlo político mínimo dos Estados (Willets, 2002).

Segundo Akinyemi, GM; Abiddin (2013) as ONG desenvolvem programas locais e internacionais em praticamente todas as áreas que contribuem para a promoção dos princípios da democracia, incluindo:

- a) Direitos humanos: promovendo normas internacionais e monitorizando violações e abusos; Estado de direito: através de assistência jurídica gratuita ou de baixo custo, educando todos os cidadãos sobre os seus direitos e defendendo reformas jurídicas.
- b) Participação das mulheres: preparando-as para a participação política e protegendo-as da discriminação socioeconómica.
- c) Educação cívica: através de programas educativos centrados no papel do cidadão numa sociedade democrática e diversificada.
- d) Uma imprensa livre: promovendo meios de comunicação independentes, formando jornalistas e estabelecendo padrões para o jornalismo ético.

2.3 Tipos e Áreas de atuação das ONGs na comunidade

As ONG estão frequentemente na vanguarda da identificação das necessidades sociais mais prementes numa comunidade. Através de extensas pesquisas e avaliações de necessidades, obtêm conhecimentos sobre os desafios enfrentados pelas populações marginalizadas. Ao compreender estas necessidades, as ONG podem desenvolver programas e iniciativas personalizadas que abordem directamente as causas profundas dos problemas.

De acordo com Tumin e Norhadi (2017) mencionam as seguintes áreas/sectores de atuação:

- Mobilização de Recursos: Um dos principais pontos fortes das ONG reside na

sua capacidade de mobilizar recursos de forma eficaz. Estas organizações dependem de uma combinação de financiamento público e privado, subvenções, doações e apoio voluntário para sustentar os seus projetos. Além disso, as ONG colaboram com empresas, governos e outras instituições para reunir recursos e conhecimentos especializados, amplificando o seu impacto. Ao alavancar uma gama diversificada de recursos, as ONG asseguram a utilização óptima dos fundos para alcançar os resultados sociais desejados.

- **Advocacia e Influência política:** as ONG actuam como defensoras da mudança social e influenciam as decisões políticas a nível local, nacional e internacional. Através de evidências apoiadas em investigação e argumentos baseados em dados, destacam questões críticas e defendem políticas que promovam a justiça social e a igualdade.

As ONG participam em diálogos com os decisores políticos, contribuem para a formulação de políticas e pressionam por legislação que apoie o bem-estar das populações vulneráveis. Os seus esforços de defesa ajudam a criar um ambiente propício ao desenvolvimento social sustentável.

- **Promoção da educação e da consciencialização:** A educação e a consciencialização desempenham um papel vital na concretização da transformação social. As ONG realizam workshops, seminários e campanhas de sensibilização sobre diversas questões sociais, capacitando as comunidades com conhecimento e informação. Ao promover a educação, as ONG dotam os indivíduos com as competências necessárias para melhorar o seu estatuto socioeconómico, promovendo a autossuficiência e o empoderamento.
- **Cuidados de saúde e bem-estar:** as ONG contribuem significativamente para melhorar o acesso aos cuidados de saúde em áreas remotas e mal servidas. Eles estabelecem instalações médicas, clínicas móveis e campos de saúde para fornecer serviços básicos de saúde aos necessitados. Além disso, as ONG realizam campanhas de sensibilização sobre cuidados de saúde preventivos, práticas de higiene e gestão de doenças, contribuindo para comunidades mais saudáveis.
- **Empoderamento das Mulheres:** A promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres é um foco proeminente para muitas ONG. Estas organizações trabalham para garantir que as mulheres tenham oportunidades iguais e acesso a recursos, educação e independência económica. Ao capacitar as mulheres, as ONG criam um efeito cascata positivo nas comunidades, uma vez que as mulheres empoderadas muitas vezes reinvestem no bem-estar das suas famílias e comunidades.
- **Conservação Ambiental:** as ONG desempenham um papel essencial na conservação ambiental, promovendo práticas sustentáveis, defendendo a acção climática e protegendo os recursos naturais. As suas iniciativas centram-se na consciencialização sobre as questões ambientais e no envolvimento das co-

comunidades nos esforços de conservação, promovendo uma responsabilidade colectiva para com o planeta (Tumin & Norhadi,2017).

A contribuição das ONG para o desenvolvimento é inestimável. Através do seu compromisso, paixão e abordagens inovadoras, as ONG têm sido fundamentais na transformação da vida de inúmeros indivíduos e comunidades em todo o mundo. O seu papel na identificação de necessidades, na mobilização de recursos, na defesa da mudança, na promoção da educação e na resposta aos desafios ambientais e de saúde teve um impacto duradouro. À medida que avançamos em direcção a um futuro mais brilhante, a colaboração entre governos, empresas e ONG continuará a desempenhar um papel fundamental na criação de um mundo mais equitativo e sustentável (Tumin & Norhadi,2017).

As ONG desempenham um papel transformador no desenvolvimento, trazendo esperança e oportunidades às populações mais vulneráveis do mundo. Os seus esforços incansáveis na educação, saúde, defesa dos direitos humanos, ajuda humanitária, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável produziram resultados significativos. Ao colmatar lacunas na prestação de serviços e capacitar as comunidades, as ONG continuam a ser fundamentais na construção de um mundo mais equitativo e compassivo. À medida que avançamos, reconhecamos e apoiamos o trabalho inestimável das ONG, pois é através dos seus esforços altruístas que preparamos o caminho para um futuro melhor para todos (Tumin & Norhadi,2017).

2.4 Impacto e importância das ONGs

Através das ONGs, diversos povoados e comunidades carentes possuem a possibilidade de conhecer e se tornar peça de uma realidade diversa àquela habituada e expandir sua visão do mundo. Elas atuam como meio de inovação e criatividade na busca de uma solução para problemas complexos onde o Estado é negligente ou não tem alcance. A principal finalidade de uma ONG e seu motivo de existir é que são menos burocráticas e mais flexíveis do que o governo. Essas associações são compostas muitas vezes por mentes jovens e abertas ao novo, sem temor a mudanças. Esse posicionamento favorece e amplia a busca de parcerias para buscar soluções de problemas que prejudicam o nicho da sociedade que elas buscam atender (Garrison, 2000).

As atividades arrojadas das ONGs produzem benefícios sociais e até mesmo indicam caminhos para as políticas públicas de responsabilidade do Governo. Um dos fatos notórios é o da política de AIDS. No início do surto, o Poder Público estava inerte. As ONGs de DSTs/Aids ou de portadores do vírus passaram a pressionar o Estado, pleitando políticas públicas para o combate do problema (Garrison, 2000).

Essa política pública foi elaborada, estabelecida e aplicada em parceria dos órgãos de saúde com as próprias organizações. Hoje o Brasil é um modelo global em política pública de tratamento e prevenção de DSTs/AIDS. Outros exemplos estão às iniciativas

como clubes de leitura onde projetos que ampliam a educação e o gosto pela leitura em crianças e adolescentes que lêem livros e fazem resumos escritos daquilo que entenderam, no qual são avaliados por voluntários e recebem notas (Garrison, 2000).

Projetos de empoderamento feminino onde ocorrem rodas de conversa com mulheres e meninas das comunidades, com objetivo de atender demandas e assuntos que vezes se tornam tabus em seus lares, e no intuito de esclarecer eventuais dúvidas que elas possuem sobre questões diversas da vida. ONGs de animais que dão abrigo a cães abandonados ou que sofreram maus-tratos, vacinando, castrando e desvermifugando e encaminhando-os para adoção. Ações de visita a hospitais que visam apoiar e trazer conforto a enfermos e doentes terminais em clínicas e ambulatórios, com atendimento psicológico, confecção de perucas e palestras de prevenção a câncer e demais doenças. Causas nas quais são criados projetos auto-sustentáveis em comunidades de baixo nível sócio econômico, promovendo programas de capacitação profissional e oficinas comunitárias; provendo assistência médica, odontológica e educacional; instalando infraestrutura que proporcione lazer às famílias; distribuindo cestas básicas, medicamentos, artigos de higiene, roupas, calçados e brinquedos; dentre outras ações (Garrison, 2000).

Atitudes visando à capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Entidades que oferecem cursos de comunicação com módulos de fotografia, design, comunicação escrita, marketing e mídias sociais. Organizações que trabalham pela defesa dos direitos de pessoas que vivem nas favelas mais precárias, diminuindo sua vulnerabilidade por meio do engajamento comunitário e da mobilização de jovens voluntários, resgatando a dignidade humana e a cidadania plena, respeitando o meio ambiente. ONGs que buscam a promoção da cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Grupos que se mantêm por meio de recursos captados para a execução de projetos pontuais específicos e também através de doações de colaboradores com a causa LGBT.

Enfim, são muitos os exemplos praticados por voluntários que fazem a diferença na vida de diversas comunidades, pessoas essas que seriam literalmente esquecidas e abandonadas pelo Estado e que viveriam na beira do caos, fragilizadas por falta de recursos e desinteresse social e a mercê da própria sociedade.

No Brasil, desde cedo, tais indivíduos sofrem com a falta de direitos sociais básicos como alimentação, profissionalização, habitação, escolarização, e do respeito às diferenças raciais, sociais e de gênero. O fato é que vivenciamos um sistema estruturado, que ao oposto de políticas rumo ao interesse do povo, de uma atuação direta modificadora, justa e igualitária, oferecem políticas assistencialistas, que só fazem aumentar a pobreza e a desigualdade social, permitindo à perpetuação da desigualdade no contexto social.

Para Schilling (2004), nessas sociedades em tempos de “globalização”, “mundialização”, “sociedade pós-industrial”, “pós-modernidade”, “modernidade radical”, não se supõe a existência de uma igualdade de acesso a novos bens ou possibilidade ou

às novas possibilidades.

De acordo com Romão (1982) a partir de uma breve análise, percebe-se que existem vários elementos que promovem a dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura básicas, mas a ausência de renda mínima é um dos fatores desencadeadores da situação de exclusão e o mais perverso deles. Daí deriva a condição de não cidadania por ausência de direitos sociais básicos.

No entanto, alguns estudiosos afirmam que há hoje um consenso internacional sobre o importante papel que o Terceiro Setor representa na construção de uma sociedade menos conflituosa. Essas entidades teriam a eficiência necessária para atuarem com eficácia, agilidade e comprometimento, com objetivos que não a maximização do interesse individual (Romão, 1982).

2.5 Desenvolvimento social

O desenvolvimento social consiste em melhorar o bem-estar de cada indivíduo na sociedade para que possam atingir o seu pleno potencial. O sucesso da sociedade está ligado ao bem-estar de cada cidadão (Rodrigues, 1998).

Com isso compreende-se que o desenvolvimento social significa investir nas pessoas. onde exige a remoção de barreiras para que todos os cidadãos possam caminhar em direção aos seus sonhos com confiança e dignidade. Tratando-se de recusar aceitar que as pessoas que vivem na pobreza serão sempre pobres. Trata-se de ajudar as pessoas para que possam avançar no seu caminho para a auto-suficiência (Vanclay, 2002).

Cada New Brunswicker deve ter a oportunidade de crescer, desenvolver as suas próprias competências e contribuir para as suas famílias e comunidades de uma forma significativa. Se forem saudáveis, bem-educados e treinados para ingressar no mercado de trabalho e forem capazes de ganhar um salário digno, estarão mais bem equipados para satisfazer as suas necessidades básicas e ter sucesso. As suas famílias também ficarão bem e toda a sociedade será beneficiada (Vanclay, 2002).

Para reduzir a pobreza, precisamos de adoptar uma abordagem de desenvolvimento social e investir no nosso povo. Ao investir nas pessoas podemos reduzir a pobreza. Precisamos de ir além da análise do governo para encontrar formas de desenvolver os nossos recursos mais valiosos, o nosso povo. Precisamos de partilhar a responsabilidade com organizações comunitárias, empresas, universidades e municípios na tarefa de melhorar o bem-estar de todos os habitantes e prevenir e reduzir a pobreza (Vanclay, 2002).

O desenvolvimento social tenta explicar as mudanças qualitativas na estrutura e estrutura da sociedade, que ajudam a sociedade a concretizar melhor as metas e objetivos. O desenvolvimento pode ser definido de uma forma aplicável a todas as sociedades, em todos os períodos históricos, como um movimento ascendente que apresenta maiores níveis de energia, eficiência, qualidade, produtividade, complexidade, compreensão,

criatividade, domínio, prazer e realização (Vanclay, 2002).

Segundo Serva (1993), O mecanismo básico que impulsiona a mudança social é aumentar a consciência, levando a uma melhor organização. Quando a sociedade percebe novas e melhores oportunidades de progresso, desenvolve novas formas de organização para explorar com sucesso essas novas aberturas. As novas formas de organização são mais capazes de aproveitar as energias, competências e recursos sociais disponíveis para aproveitar as oportunidades para obter os resultados pretendidos.

No entanto, desenvolvimento é o resultado da capacidade da sociedade de organizar recursos para enfrentar desafios e oportunidades. A sociedade passa por estágios bem definidos no decorrer do seu desenvolvimento. São sociedades nômade caçadoras e coletoras, rurais, agrárias, urbanas, comerciais, industriais e pós-industriais (Serva, 1993).

Os pioneiros introduzem novas ideias, práticas e hábitos aos quais os elementos conservadores inicialmente resistem. Numa fase posterior, as inovações são aceitas, imitadas, organizadas e utilizadas por outros membros da comunidade. As melhorias organizacionais introduzidas para apoiar as inovações podem ocorrer simultaneamente em quatro níveis diferentes – físico, social, mental e psicológico. Além disso, quatro tipos diferentes de recursos estão envolvidos na promoção do desenvolvimento. Destes quatro, os recursos físicos são mais visíveis, mas menos capazes de expansão. A produtividade dos recursos aumenta enormemente à medida que a qualidade da organização e o nível de insumos de conhecimento aumentam (Serva, 1993).

3 | METODOLOGIA

Portanto a realização da pesquisa usou-se abordagem qualitativos. Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças.

Visto que, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Onde os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Correlacionado a pesquisa bibliográfica usou-se porque possibilitou o desenvolvimento do artigo com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2008).

Quanto a técnica de coleta de dados usou-se a entrevista semi-estruturada, através dela foi possível obter uma compreensão aprofundada da realidade da comunidade em termos da assistência que elas recebem com as ONGs. Portanto, a entrevista semi-

estruturadas podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistado. Geralmente, as entrevistas semi-estruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista (Marconi & Lakatos, 1999).

4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As perguntas levantadas durante a entrevista semi-estruturada foram agrupadas em categorias de acordo com a natureza das respostas obtidas. Desta feita, analisadas as perguntas obtidas a partir dos entrevistados e alvos da pesquisa, obteve-se as seguintes categorias:

- ***Que apreciação faz sobre o nível de desenvolvimento social da cidade de Nampula?***

Esta questão abrangeu dezoito pessoas, participantes da pesquisa das quais doze correspondentes a 67 por cento responderam que o nível de desenvolvimento social da cidade de Nampula ainda é baixo, outras seis pessoas correspondentes a 33 por cento responderam que a cidade de Nampula está num bom nível de desenvolvimento.

fala-se muito em desenvolvimento social, mas se olharmos para a cidade de Nampula, não há nada que espelha esse desenvolvimento pese embora o crescimento económico se verifique como resultado das trocas comerciais abertas, mas as condições de acesso são péssimas. as infra-estruturas existentes são para o benefício das próprias empresas, as comunidades locais vivem o seu dia-a-dia como sempre na esperança de ver melhorias como ocorrem um pouco pela província (Entrevistados 1, 2, 3,4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

A cidade de Nampula encontra-se em um bom nível de desenvolvimento [...], hoje a localidade tem energia eléctrica, o comércio aumentou, o afluxo de visitantes oriundos de vários cantos do distrito e da província têm sido indicadores do desenvolvimento do. (Entrevistados, 13, 14, 15 e 16). [...] é do nosso conhecimento que o desenvolvimento se processa numa velocidade reduzida daí que haja muito por fazer, [...] com instalação da empresa notou-se mudanças significativas no contexto do desenvolvimento local. (Entrevistados 12)

Colman e Nixon, (1981), referem que: Ao se trabalhar com as diversas formas de mensuração da qualidade de vida e do desenvolvimento deve se ter em mente que a medida directa do desenvolvimento ou de qualquer outro fenómeno estudado pelas ciências sociais é impraticável, sendo necessária, portanto, a utilização de indicadores para o desempenho desta tarefa.

Amartya Sen, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, critica as avaliações de desenvolvimento baseadas apenas na dimensão renda. Ele advoga que o crescimento

económico não pode ser considerado um fim em si mesmo, o que importa é a melhoria da vida que a pessoa pode levar e a ampliação das liberdades que pode desfrutar (Sen, 2005:91).

Em suma como se pode observar, o nível de desenvolvimento da cidade de Nampula é bastante fraco, muito baixo. As comunidades na têm um nível de vida aceitável que espelhe um desenvolvimento social e económico.

• **As ONG'S têm construído infra-estruturas sociais na cidade de Nampula?**

Esta questão abrangeu dezoito pessoas que fizeram parte da pesquisa e dessas treze pessoas correspondentes a 72 por cento responderam que as ong quase nada faz nessa vertente, quatro correspondentes a 22 por cento responderam que a empresa tem construído infra-estruturas e uma correspondente a 6 por cento disse não ter uma opinião formada a respeito.

Com base nos dados acima, pode-se afirmar que as ONG muito pouco têm feito no domínio das infra-estruturas sociais para um bem das comunidades na cidade de Nampula.

[...], tomemos como ponto de partida a estrada que estava prevista no contrato e ainda não foi construída desde a instalação da empresa em 2007, usa-se estrada de terra batida, construída e mantida pelo Fundo Nacional de Estradas. (Entrevistados 1, 2, 3,4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

As ONG's não constroem estradas porque não precisa. As deslocações para Nampula, Maputo ou outras regiões são feitas por ligações aéreas através de avionetas. Os poucos trabalhadores que se deslocam de viatura para Nampula são os moçambicanos e têm viaturas com tracção a quatro rodas para circular em todo o terreno. (Entrevistados 13)

[...], a empresa tem de dedicado a construção de infra-estruturas sociais que podem se espelhar através das duas escolas construídas durante o período em que a mesma opera. (Entrevistados: 14, 15, 16 e 18)

Desta forma, se entende que as ONG's *não cumprem* com suas obrigações na construção de infra-estruturas sociais referenciadas no contrato que esta tem com o governo de Moçambique, as duas escolas referidas foram construídas e não apetrechadas com carteiras. A estrada até hoje se encontra em precárias condições.

No entanto, a economia mundial está a sofrer grandes transformações, resultado da globalização, o que faz com que as organizações sejam forçadas, pelas próprias circunstâncias, a enfrentar e superar os desafios e, ao mesmo tempo, pressupõe a necessidade de implementação de mecanismos que lhes permitam a adequabilidade, a diferenciação e a flexibilidade exigidas pelos novos tempos.

Os memorandos de parceria entre as Organizações Não Governamentais e os Governos Provinciais ou Locais deviam ser acompanhados por um espírito de sensibilidade com a pobreza de modo a permitir que estes parceiros entendam que a principal missão é aliviar o sofrimento das comunidades e não tirar benefícios como instituições ou como

funcionários dessas instituições (António, 2005).

No entanto, percebe-se que as parcerias são de facto uma alternativa ideal e sustentável para o desenvolvimento comunitário desde que se perceba a parceria como sendo um acordo entre as partes (interventor e comunidade local) que prevê benefícios mútuos com base no acesso e exploração dos recursos (serviços) e acesso à terra pelas comunidades locais, e que inclui alguma forma de participação activa e contínua por ambas partes na actividade pretendida (António, 2005).

- Em que medida as ONG'S contribuem para o desenvolvimento social da comunidade?

Esta questão abrangeu dez (10) pessoas envolvidas na pesquisa das quais oito (8) pessoas correspondem a 80% afirmaram que as ONGs não contribui quase em nada para o desenvolvimento social da cidade de Nampula, outras duas (02) pessoas correspondentes a 20% responderam que a empresa contribui bastante para o desenvolvimento social da comunidade.

É questionável o contributo das ongs para o desenvolvimento da comunidade de tendo em conta o nível de produção e inserção no mercado na comercialização dos seus produtos. Só se vê um lado que é o económico, que beneficia a própria empresa, quanto benefício das comunidades tem sido apenas boatos. No contexto político, a nível dos mídias, diz-se que a fábrica de cerveja tem contribuído bastante nessa vertente mas no campo real nada se faz. (8 pessoas entrevistadas)

A empresa tem contribuído bastante para o desenvolvimento das comunidades de Mutauanh. A empresa tem construído hospital e fonte de água (2 pessoas entrevistadas)

Como se pode perceber, a empresa quase não contribui para o desenvolvimento das comunidades no domínio social, ou seja de proporcionar o bem-estar das populações das comunidades. As poucas actividades que se verificam são meramente de marketing cuja finalidade é para benefício da própria empresa.

Segundo Colman e Nixson (1981), apontam que o processo de desenvolvimento precisa ter uma visão comum, onde as iniciativas económicas, sociais, culturais, políticas e ambientais culminem para a mesma missão. Nesse trilho, o desenvolvimento da comunidade é na verdade uma vontade comum de melhorar a vida das pessoas, alicerçada na confiança dos próprios recursos e na capacidade de combiná-los de forma lógica para a obtenção de um futuro próspero. As empresas devem contribuir para o desenvolvimento apresentando projectos sociais que visam erradicar problemas de natureza não somente económica, mas também social e ambiental pois, as questões como exclusão, pobreza, poluição, corrupção, etc, de segmentos populacionais desfavorecidos são globais. É neste contexto que o Governo de Moçambique tem incentivado as empresas multinacionais, no sentido de se envolverem mais nos projectos sociais edificando infra-estruturas sociais e garantindo emprego para as comunidades locais como forma de ajudar a alcançar o

5 | CONCLUSÃO

Para que uma multinacional contribua para o desenvolvimento de uma comunidade onde está inserida, deve apostar nas acções de filantropia. As acções das ONGs distingue quatro dimensões de actuação de empresas: A dimensão económica, legal, ética e filantrópica. Mas tal como sucede nos países industrializados, em Moçambique a questão social é dominada por questões económicas deixando a preocupação da sustentabilidade.

Apesar deste conceito ser novo tanto no contexto africano como no moçambicano, ela é implementada em Moçambique mesmo de forma insustentável, sobretudo pelas empresas multinacionais.

É tido como comportamento socialmente responsável as ONGs em Moçambique se a empresa se dedicar principalmente em questões económicas e filantrópicas, isto é, basta que produza e dê assistência as comunidades por via dos chamados projectos sociais. A prática de Responsabilidade Social Empresarial não deve ser apenas uma opção para as empresas, pois trata-se de uma questão de visão estratégica, e muitas vezes, de sobrevivência, de forma a gerar valor para si própria, mas também para todos aqueles que com ela interagem.

As acções da prática pelas ONGs com foco nas comunidades locais são formas de promoção de desenvolvimento a partir de acções de reforço da sustentabilidade das comunidades, capacitando-as a identificar suas vocações, e aproveitando suas potencialidades por meio de parcerias.

Assim, para responder à questão de partida, pode-se dizer, portanto, que o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula? pois as contribuições da empresa e as acções social não respondem as necessidades primárias nem secundárias da comunidade local de forma sustentável.

Apesar das ONGs reconhecer a importância de realizar suas actividades de maneira responsável através do seu Projecto social da Associação de Desenvolvimento, criado para apoiar e contribui para o desenvolvimento das comunidades próximas à cidade de Nampula, existem razões suficientes para afirmar que a estratégia da prática utilizadas pelas ONGs não garantem a melhoria da qualidade de vida das populações uma vez que as acções adoptadas nesse sentido pela empresa em estudo, não estão de certa forma de acordo com as principais necessidades da comunidade local nem do país, o que não ajuda a colmatar as principais deficiências locais.

REFERENCIAS

Fisher, J. (1994). *NGO and the political development Ofertas the third World*. West Hartford (USA): Kumarian Press,

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnica De Pesquisa Social*. (2ª ed.). Brasil, São Paulo: atlas.
- Garrison, M. (2000).. *Teoria e Prática do Serviço Social: Com Referência Especial ao Paquistão*; Academia Kifayat: Karachi, Paquistão
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999). *Metodologia Científica*. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Rodrigues, M. C. P. (1998). *Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil*. Revista de Administração Pública, 32(5), 25-67
- Trivinões, V. (1987). *Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa monografias, Dissertação, teses e livros*. Brasil, São Paulo: Ideias & letras.
- Tenório, F. (2004). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Brasil, Rio de Janeiro: FGV,
- Vanclay, F. (2002). *Conceptualising social impacts. Environmental Impact Assessment. Review*
- Willets, P. 2002. *O que é uma organização não governamental?* Artigo produzido a partir do projeto de pesquisa sobre redes da sociedade civil na governança global; City University: Londres, Reino Unido.
- Jones, GE (1982). *Progresso na Extensão Rural e Desenvolvimento Comunitário*. Londres: John Wiley and Sons.
- Kenny, S. (1946). *Developing Communities for the Future*. Austrália: CENGAGE Learning.